

PROJECTO DE LEI N° 109/XI

**CLARIFICA O REGIME JURÍDICO DE INCOMPATIBILIDADES E
IMPEDIMENTOS DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS E ALTOS
CARGOS PÚBLICOS (LEI N° 64/93, DE 26 DE AGOSTO) E O REGIME DO
CONTROLO DE RIQUEZA DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS (LEI
N° 4/83, DE 2 DE ABRIL)**

Exposição de motivos

O exercício de funções públicas, seja por parte de titulares de cargos políticos ou por parte de altos cargos públicos, deve pautar-se, em toda e qualquer circunstância, pelos princípios da transparência e da fiscalização da sua actividade por parte dos cidadãos.

Nesta perspectiva, assume particular importância a matéria respeitante ao registo de interesses que se encontra criado na Assembleia da República e que algumas autarquias também já implementaram, assim como a matéria respeitante à apresentação obrigatória de uma declaração de rendimentos que inclua igualmente o património e os diversos cargos sociais exercidos por titulares de cargos políticos e equiparados. Em face das dúvidas que têm surgido quanto a saber quais os titulares de cargos políticos locais que estão sujeitos à obrigação de apresentação de declaração, far-se-á a correspondente precisão por via legislativa.

A credibilização dos diversos intervenientes da vida política, sejam eles titulares de cargos políticos ou titulares de altos cargos públicos, deve constituir uma prioridade e uma preocupação permanente. Por essa razão, o CDS-PP entende que é aconselhável a uniformização dos diferentes regimes do registo de interesses, aproximando o regime legal aplicável às autarquias do regime legal consagrado na Assembleia da República.

Por outro lado, através do presente projecto de lei procura-se ampliar a obrigação de apresentação de declaração de rendimentos, património e cargos sociais, esclarecendo quaisquer ambiguidades que possam impedir a integral aplicação da Lei nº 4/83, de 2 de Abril, aos cargos políticos e equiparados. É imperioso, efectivamente, que quaisquer entraves à plena aplicação dessa lei sejam removidos, para que não se repita casos em que há omissões nas declarações com base em interpretações necessariamente parciais da lei, secundadas pela ineficácia fiscalizadora das instituições oficiais.

Em acréscimo, além de se eliminar a ultrapassada alusão ao Governador e Secretários Adjuntos de Macau, adopta-se igualmente, em sede de enumeração dos cargos equiparados, a terminologia actualmente constante do estatuto legal do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

Refira-se, por fim, que se consagra o carácter anual da obrigação de apresentação da declaração para quaisquer titulares de cargos políticos e equiparados, independentemente da natureza das funções que desempenhem.

Trata-se, assim, de uma alteração legislativa que visa reforçar o escrutínio do desempenho de funções exigentes e que requerem um alto grau de compromisso ético, e, bem assim, promover uma maior transparência relativamente à actividade dos respectivos titulares.

Pelo exposto, os deputados abaixo assinados apresentam o seguinte projecto de lei:

Artigo 1º

O artigo 7º-A da Lei nº 64/93, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 39-B/94, de 27 de Dezembro, 28/95, de 18 de Agosto, 12/96, de 18 de Abril, 42/96, de 31 de Agosto, 12/98, de 24 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27

de Março e pela Lei nº 30/2008, de 10 de Julho, passam a ter a seguinte redacção:

“Artigo 7º-A

[...]

1 –

2 –

3 –

4 – O registo de interesses criado nas autarquias compreende os registos relativos aos presidentes da câmara, aos vereadores em regime de tempo inteiro, aos vereadores em regime de meio tempo que exerçam outras actividades, e aos membros das juntas de freguesia em regime de tempo inteiro.

5 – [anterior n.º 4]

6 – [anterior n.º 5]

Artigo 2º

Os artigos 2º e 4º da Lei nº 4/83, de 2 de Abril, com as alterações introduzidas pelas Leis 28/83, de 25 de Outubro, 25/95, de 18 de Agosto, 19/2008, de 21 de Abril e Lei 30/2008, de 10 de Julho)

“Artigo 1º

[...]

Os titulares de cargos políticos e equiparados apresentam no Tribunal Constitucional, no prazo de 60 dias contado da data do início do exercício das respectivas funções, declaração dos seus rendimentos, bem como do seu património e cargos sociais, da qual conste:

a) (...);

b) A descrição dos elementos do seu activo patrimonial, existentes no País ou no estrangeiro, ordenados por grandes rubricas, designadamente do património imobiliário,

de quotas, acções ou outras partes sociais do capital de sociedades civis ou comerciais, de direitos sobre barcos, aeronaves ou veículos automóveis, bem como de carteiras de títulos, contas bancárias, aplicações financeiras equivalentes e direitos de crédito de valor superior a 50 salários mínimos

c) (...);

d) (...).

Artigo 4º

[...]

1 - São cargos políticos para os efeitos da presente lei:

a) Presidente da República;

b) Presidente da Assembleia da República;

c) Primeiro-Ministro;

d) Deputados à Assembleia da República;

e) Membros do Governo;

f) Representante da República nas Regiões Autónomas;

g) Membros do Tribunal Constitucional;

h) Membros dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas;

i) (*eliminado*);

j) Deputados ao Parlamento Europeu;

l) Os membros dos órgãos constitucionais e os membros das entidades públicas independentes previstas na Constituição e na lei;

m) Governador e vice-governador civil;

n) Presidente, vereador da câmara municipal e membro de junta de freguesia a tempo inteiro.

2 - Para efeitos da presente lei são equiparados a titulares de cargos políticos:

a) Membros dos órgãos permanentes de direcção nacional e das Regiões Autónomas dos partidos políticos, com funções executivas;

b) Candidatos a Presidente da República.

3 - São ainda equiparados a titulares de cargos políticos, para efeitos da presente lei:

- a) Gestores públicos;
- b) Administrador designado por entidade pública em pessoa colectiva de direito público ou em sociedade de capitais públicos ou de economia mista;
- c) Titular de cargo de direcção superior de 1º grau e de 2º grau”.

Artigo 3º

A presente lei entra em vigor no prazo de 90 dias a contar da data da sua publicação.

Palácio de S. Bento, 15 de Dezembro de 2009.

Os Deputados,